

***A ASILI DA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: PERSPECTIVAS DE ESTUDANTES
UNIVERSITÁRIOS SOBRE A DISCUSSÃO RACIAL***

Lara Gonçalves Moreira¹

Andréa Aparecida Fernandes²

RESUMO: A psicologia é uma ciência que baseia a estruturação de sua prática a partir dos acontecimentos socio-histórico-culturais, assim, o estudo das relações raciais se fazem importantes nessa formação. O presente estudo teve como objetivo verificar se há debates dentro de sala de aula sobre essa temática no curso de Psicologia em diversas universidades federais e particulares distribuídas pelo Brasil, bem como se existe relação com um perfil específico de estudante. Além disso, teve como objetivo específico descrever como atualmente é estruturado o saber e a práxis da psicologia a partir das relações raciais no Brasil, entendendo por quem e para quem foi produzida e por fim, compreender a manifestação da Asili sociocultural brasileira na graduação de psicologia. O método de pesquisa quanti-quali contemplou a priori um levantamento do perfil de estudantes universitários por meio de questionário estilo Survey, e posteriormente aplicou-se perguntas específicas em relação ao status no curso e o contato com a discussão das questões raciais. Assim, foi aplicado a análise de discurso nos dados coletados, evidenciando subgrupos que se destacaram e apresentaram maior frequência em determinadas perguntas. Os resultados mostraram que o curso de Psicologia é majoritariamente branco e feminino, evidenciando a desigualdade racial e reafirmando os conteúdos expostos nos materiais bibliográficos de base levantados. Ademais, o contato com as discussões raciais no curso de psicologia é minimamente positivo, mas ainda insatisfatório, incluindo a frequência rasa de autores negros como referência. Confirmou-se que a discussão racial possui uma diversidade de estudantes e que sua existência não necessariamente se correlaciona com um perfil específico. A prática da Psicologia ainda é atravessada pelo racismo e a negligência na abordagem dessa temática está diretamente ligada à Asili brasileira que ainda não superou os traumas que a escravidão proporcionou.

Palavras chave: Universitário. Psicologia. Relações raciais.

1. INTRODUÇÃO

As relações raciais, mais especificamente estabelecidas no Brasil desde sua colonização, em comparação com países em condições semelhantes ou de potências mundiais, apresentam características que ao longo do seu crescimento e desenvolvimento, incorporaram uma dinâmica própria, montando assim, estruturas culturais únicas (ORTEGAL, 2018). Em 1888, a abolição do sistema escravocrata em terras brasileiras, que atingia em número maior indígenas e pretos, foi a última a ser promulgada na América. Sem nenhum planejamento de reparo ou suporte por parte da coroa, as populações agora aparentemente livres, ficaram às margens da sociedade e não tiveram políticas que garantissem possibilidade de sustento, direito à moradia adequada ou acesso à educação (PINTO; FERREIRA, 2014).

Partindo desse novo início onde a população negra se encontrava, a falta desses recursos se interliga de maneira simbólica, contribuindo para o apagamento dessas pessoas dos diferentes locais de convivência

¹ Graduanda e Psicologia, Centro Universitário Mário Palmério - UNIFUCAMP, ✉ laramoreira@unifucamp.edu.br

² Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia – UFU, ✉ andreafernandes@unifucamp.edu.br

na sociedade. Dando ênfase ao processo de alfabetização, o sistema original desses povos fora forçadamente esquecido, ao mesmo tempo que lhe eram negados o acesso aos espaços provedores da educação brasileira fortemente influenciada pelas bases do modelo europeu, inserindo os negros num limbo de submissão e liberdade velada (SANTANA; MORAES, 2009).

A eugenia, corrente de pensamento que tinha como pioneiro Francis Galton, primo de Charles Darwin, que se baseou na ideia evolucionista, disseminou assim um ideal supremacista entre raças e incentivou o cruzamento de seres humanos específicos para a criação de uma geração etnicamente controlada e dominante. Com isso, Francis acreditava na preeminência dos valores hereditários e que a civilidade e condições de vulnerabilidade eram afetadas diretamente por eles e não pelo sistema capitalista em alta que realocou milhares de pessoas para locais insalubres (TORRES, 2008).

Após percorrer o continente norte-americano e outros países da Europa, o Brasil pós primeira grande guerra foi influenciado mais claramente pelas ideias higienistas (TORRES, 2008), visando a hierarquização de raças e etnias em muitos aspectos, incluindo o intelectual (MASIERO, 2005). No Brasil, a miscigenação forçada juntamente com o movimento higienista, tinha como objetivo tornar o país majoritariamente branco para “limpar” a estética que as relações interracialis, consentidas ou não, causaram. Ambas mobilizações eram reforçadas pelos intelectuais que atuavam dentro da Academia, como o psiquiatra Nina Rodrigues, sendo um forte disseminador do racismo científico, que seria a utilização da ciência para justificar ideologias racistas (SANTOS; SILVA, 2018).

As barreiras que eram instauradas para o acesso à educação como a negação de alunos negros nos horários diurnos e restrição à disponibilidade de professores (RIBEIRO, 2004 *apud* SANTANA; MORAES, 2009), estruturou uma disparidade histórica na herança intelectual para as futuras gerações de crianças negras em comparação com as brancas (SANTANA; MORAES, 2009). O incentivo ao ingresso no ensino superior também é afetado, visto que as instituições tinham caráter elitista e não havia programas integrativos de minorias étnicas, e a partir disso, os movimentos sociais negros reivindicavam a criação de políticas públicas que dessem a devida atenção aos povos historicamente marginalizados, e só no século XXI foi implementada leis e resoluções, como a Lei de Cotas, n. 12.711/2012, que visa separar em categorias de inserção às instituições de ensino, que dão ênfase aos aspectos raciais e socioeconômicos, em tese dando oportunidade de integração e reparação histórica (BRASIL, 2012; MARQUES, 2018).

Em 2003 foi criada a lei 10.639/03 que prediz a obrigatoriedade do ensino da “História e Cultura Afro-Brasileira” nas escolas de ensino fundamental e médio, de redes públicas e particulares (BRASIL, 2003). Logo no ano seguinte, a Resolução CNE/CP 3/2004 insere também o ensino superior para abordar os temas que permeiam a discussão racial nas atividades curriculares, bem como aporte de conteúdos bibliográficos e materiais didáticos para a prática do que é proposto na Resolução, além de proporcionar

ensino com professores qualificados para resguardar de possíveis situações de racismo e discriminação (BRASIL, 2004).

A Psicologia fazendo parte do contexto acadêmico, coloca em pauta como a história da sua chegada no Brasil anda paralelamente com todos os acontecimentos que permeiam as discussões raciais na sociedade, visto que é uma ciência que estava intimamente relacionada com a medicina, psiquiatria e educação vigente da época, estabelecendo o perfil de classe e cor de quem tinha acesso aos estudos aprofundados no ensino superior (SANTOS; SCHUCMAN; MARTINS, 2012).

Somente em 2002, depois de 40 anos da regulamentação da prática do psicólogo no Brasil, o Conselho Federal de Psicologia, por meio da Resolução CFP N.º 018/2002, estipulou ações e posturas que todo profissional registrado deve proceder em situações de racismo e preconceito racial, entendendo que essas condições promovem sofrimento psíquico, cabendo então aos profissionais atitudes que não contribuam para marginalização desse grupo (BRASIL, 2002). Sendo assim, a práxis do psicólogo prevê que haja um estudo para as diferentes demandas e que essa preparação comece pelo menos na graduação, acentuando a importância de que a prática do ensino antirracista contribui no seguimento do código de ética (KHOURI; CASTELAR, 2016).

O trajeto da dificuldade de inserção da população negra no ensino prediz sobre o perfil de como o saber é instaurado e disseminado no Brasil, no qual a educação europeia se fez extremamente presente na construção da intelectualidade (MUNANGA, 2005 *apud* KHOURI; 2015). Dessa forma, o termo “Asili” utilizado por Ani (1992) em seu livro denominado “Yurugu: Uma crítica Afro-centrada do Pensamento e Comportamento Europeu”, no qual ela faz uma exposição de autores negros em contraste com autores brancos, dissecando a estruturação da ciência e padronização do ensino europeu nas américas e a maneira que foi enraizada.

Asili de acordo com Ani (1992) é utilizando de diferentes maneiras, mas que está ligado ao conceito de natureza, dentro do contexto social, pode ser observado como o âmago cultural, que é reconhecida para dar sentido e significado nas criações simbólicas dentro das dinâmicas grupais para os indivíduos inseridos nela, sendo assim, a ideologia criadora do pensamento social. Além desse, ela descreve outros dois conceitos primordiais para entender o movimento que a sociedade produz: Utamawaso, recebendo uma forte influência da Asili e definindo a visão de mundo, como os processos cognitivos conscientes serão formados; e Utamaroho, sendo a energia e motivação cultural para as atitudes grupais, o que dá personalidade e atribui os gostos e desgostos.

As universidades abarcam conhecimento provindo dos acontecimentos contextuais e históricos da sociedade, conseqüentemente influenciados pela cultura (Asili), contudo, de acordo com Trindade e Prigenzi (2002), a formação de conhecimento é demasiada complexa devido ao fato de que não é somente

a cultura formadora, mas a individualidade é também produtora de saber. A partir disso, é perceptível uma mútua influência entre o empirismo social com a intelectualidade acadêmica científica, os mesmos autores descrevem que dentro do meio acadêmico podem ter fatores sociais, governamentais, patrimoniais e de capital que podem tanto impedir, quanto facilitar esse dinamismo.

Portanto, a psicologia como ciência entende a dor psíquica de maneira subjetiva, sendo capaz de compreender que a condição racial é tão enraizada que demandas aparentemente individuais, na verdade tem grande potencialidade de serem sociais e ligadas a estrutura da dinâmica racista (VEIGA, 2019). O psicólogo desde a graduação é incentivado a exercitar um olhar diferenciado diante os fenômenos, contextos ambientais, relacionais e conseqüentemente raciais (KHOURI, 2019). Assim, a discussão dentro da sala de aula, pode promover embate de ideias e formação de pensamento crítico, ou seja, as questões raciais sendo pautas visíveis contribuem para que comportamentos culturalmente estruturais sejam acolhidos e psicoeducados. (KHOURI; CASTELLAR, 2015)

O momento atual está marcado pela pandemia do vírus Sars Cov-2 que ocasiona a Covid-19, e que acabou por ser um dos fatores que denuncia e soma para a desigualdade das populações marginalizadas no Brasil (GONZAGA; CUNHA, 2020), considerando que houve mais de 570 mil mortes até metade do ano de 2021, sendo 55% decorrente da população negra (OLIVEIRA; EVANGELISTA, 2021), e como dito por Zamora (2012) “A desigualdade social tem cor” e enquanto os brancos são mais opulentos e desiguais, os pretos são iguais e ainda mais pobres, além do acentuamento da vulnerabilidade ao sistema.

Durante a pandemia também se evidenciou casos de racismo nacional e internacionalmente, como o de George Floyd, estadunidense vítima de violência policial, servindo de margem para um novo olhar sobre a discussão do racismo no Brasil que também teve casos como o do menino Miguel, Ághata Felix, o músico Evaldo, Marielle Franco, Kethlen entre centenas de jovens e adultos negros mortos a cada 23 minutos no Brasil (BETIM, 2020).

A violência não parte somente do lado de fora, sendo capaz de estar presente dentro do contexto clínico, que reflete a preparação de psicólogos a partir da sua bolha social restrita, impossibilitando uma prática mais humanizada e que leva em consideração o impacto do racismo estrutural dentro do setting terapêutico (VEIGA, 2019). Evidencia-se também o papel da internet e redes sociais, que se tornou uma via de mão dupla mais acentuada durante a pandemia, contribui também para cristalização e eco de opiniões preconceituosas em virtude de proteger os próprios privilégios; ainda assim, pode ser também uma ferramenta que coloca essas discussões em pauta com o intuito de conscientizar e atingir mais pessoas (QUADRADO; FERREIRA, 2020).

A ética na formação em psicologia prevê que o estudante e psicólogo na sua atuação, não exerça qualquer comportamento que contribua para reforçar o racismo e preconceito racial, como citado acima na

resolução do CFP. Pois então, a problemática dessa pesquisa parte de como o curso de Psicologia está formando seus estudantes frente à essas práxis, evidenciando entender e verificar se há debates dentro de sala de aula sobre essa temática, bem como se existe relação com um perfil específico de estudante. Além disso, é importante que se tenha em mente como está sendo estruturado o saber e a prática da psicologia a partir das relações raciais no Brasil no momento atual, entendendo por quem e para quem está sendo produzida, como também compreender a influência e manifestação da Asili brasileira na graduação.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 As bases afrocentradas na construção de conhecimento

Cada autor parte de um contexto e de um momento histórico que se incorpora na narrativa dos assuntos abordados, se fazendo importante frisar de onde essas pessoas falam, principalmente, quando as relações raciais são o ponto norteador, visto que as vivências culturais também são determinantes de como teorias são estruturadas. A autora Marimba Ani (1994) possui uma visão Pan-Africanista, que além de incentivar a ideia de unificação entre os africanos nativos e em diáspora, possui um olhar crítico do mundo ocidental, e isso reflete diretamente nos seus questionamentos sobre a disseminação do sistema de dominação cultural e educacional europeia. Ainda assim, ela ressalta a importância de estudar essas ideias provenientes desse continente com o objetivo de entender a origem e sua disseminação, bem como conseguir se desvencilhar do futuro genocida que os europeus e seus descendentes travam para povos não-brancos.

Ani (1994) vai explanar sobre a visão dicotômica do Utamawaso europeu, que seria visões de mundo que vivem em sua natureza conflitante e não se entendem como uma complementação, ou seja, as coisas ditas ruins permanecem ruins, e as boas continuam boas; para que uma exista, necessariamente a outra precisa ser reprimida ou excluída. O homem grego, ancestral do raciocínio lógico, vivia para não ser associado a aspectos femininos, bestiais e animais, estruturando um processo de superioridade do “eu” sobre o “outro”, instaurando uma hierarquia daquilo que era submisso ou não às questões intelectuais, que se estenderam até momentos atuais (DEBOIS, 1982 *apud* ANI, 1994).

As relações raciais e a eugenia intelectual relacionam-se com que Santos e Menezes (2009 *apud*. GABRIEL; SILVA, 2018) denominam como “epistemicídio”, entendendo a epistemologia como o conhecimento científico, e associado ao sufixo “cídio”, com sentido de extermínio ou apagamento desses saberes pelo raciocínio “colonial-capitalista”. Menezes, Lins e Sampaio (2019) contribuem com essa narrativa, discorrendo sobre essa colonialidade do saber:

Essa dinâmica de produção de conhecimento ao mesmo tempo que privilegia determinados lugares de fala, supostamente neutros e objetivos, também desvaloriza os saberes daqueles que estão ao sul do globo, não brancos e mulheres. Os homens reconhecidos pela estrutura colonial monopolizam a definição do que é o conhecimento verdadeiro e em articulação com as dimensões de colonialidade do poder e colonialidade do ser estabelecem, a partir de seus referentes, o que é o melhor para o restante da humanidade. (p.2)

A Asili europeia, construída a partir do que pensadores gregos deixaram como herança intelectual, entendiam que somente o pensamento racional levava ao homem moral (HAVELOCK, 1967 *apud* ANI, 1994), assim, o conhecimento científico, que possui um objeto comprovador e concreto, é colocado acima da formação do saber experiencial e perceptivo, faz por assim retornarmos à situação da população negra em relação à educação, no qual a sua maioria não tinha contato e nem exercia por maior as filosofias euro-americanas (ANI, 1994).

Carl G. Woodson (2021), historiador e um dos pioneiros nos estudos afrodiaspóricos e da educação da população negra norte-americana, critica a formação dos novos acadêmicos negros de diferentes áreas de atuação, mas que estão inseridos em contextos em que a discussão racial não é pauta importante e vivencialmente negligenciada, em prol de se adaptar aos meios e convívio com a educação exportada dos europeus, e daí que surge a “des-educação do negro”, que indaga sobre como é possível que questionemos a opressão se é essa mesma que educa? É porque o propósito nunca fora trazer desenvolvimento para a população negra, mas sim de transformá-los a partir dos moldes da civilidade branca.

Moura (2014) exemplifica essa falta de consciência racial por parte da própria comunidade negra, analisando a postura de Arlindo Veiga do Santos, criador da Frente Negra Brasileira, movimento coletivo que reivindicava os direitos dos negros e etnias brasileiras marginalizadas por meio de manifestações e produção de veículos de informação que evidenciassem a questão racial (FERNANDES *et al*, 2019). Arlindo, apesar de sofrer com o mesmo racismo de toda a comunidade negra na década de 30, reproduzia ideais monarquistas, elitistas e católicos, os mesmos sistemas que foram responsáveis por discriminarem e expluírem as pessoas que ele tinha como iguais.

Frantz Fanon (2015), psiquiatra e filósofo francês, e principal influência de Paulo Freire para escrever “a Pedagogia do Oprimido”, foi também criador do termo “Descolonização das Mentes”, sendo um processo crucial para o combate do racismo e exploração de sociedades baseada na cor da pele. Pode ser explicada também como visões de mundo (Utamawaso) e forças grupais (Utamaroho) de colonizado e colonizador, que são antagônicas e colocadas em combate em prol do entendimento objetificado e reificado do poder que rege a opressão.

Com isso, afrocentricidade atua sob a perspectiva de que os africanos e seus descendentes em diáspora, são, de acordo com Asante (2009), “sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria

imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos”, além disso, capaz de promover processo de conscientização que mobiliza para o indivíduo ativo e não passível de ser subjugado. Lélia Gonzalez (1984) em seu artigo “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira” escreve então sobre a população negra, rejeitada em uma “lata de lixo” pela sociedade, precisa de se apropriar da sua própria narrativa histórica e de vivência:

E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa. (p. 225)

Atualmente o quadro brasileiro de representatividade grita por espaço de diversos meios e é a partir dos locais de fala, explicado por Djamilla Ribeiro (2017), que mesmo com seus diversos significados simbólicos, é sobretudo uma via que grupos párias utilizam para exigir o direito se serem vistos e ouvidos. Além disso, a filósofa bem ao final de seu trabalho diz que ‘local de fala’ pode ser atribuído a discursos que são ditos a partir de um lugar social, que quebra da ideia de que somente certo grupo pode falar de si, mas a representatividade de falar por si é algo mais profundo que subverte a estrutura racista. Sendo assim, ter uma construção de pensamento afrocentrado é compreender que o racismo é um problema do branco, e como é importante o exercício da capacidade crítica de enxergar como seu *locus* social privilegiado pelo sistema, faz com que se beneficiem das opressões pela sua cor de pele alva, enquanto à outra margem sempre está a pele alva.

2.2 A Psicologia no contexto das relações raciais

No Brasil, a Psicologia foi regulamentada como profissão em 1962, e ainda é recente comparada a outros países que já atuavam e estruturavam vertentes de entendimento da psique. Tendo isso em vista, a construção das grades de disciplinas no curso, há também tendências ao manejo de acordo com o contexto político, ético e histórico-cultural brasileiro (MENEZES; LINS; SAMPAIO, 2019). A ciência em si não é neutra, incluindo a Psicologia, bem como diz Lefebvre (1983 *apud* MALHEIRO; NADER, 1987) que “todo pensamento tem um conteúdo, um objeto. Ao mesmo tempo, é uma vontade”, ou seja, as intervenções partem de um ideal que é construído a partir de trocas sociais com conteúdos predominantes sobre outros.

O epistemicídio na psicologia pode partir desse mesmo enraizamento conceitual, que se manifesta pela não presença de autores negros na bibliografia curricular, a falta de representações negras nos profissionais formados, a incidência de alunos negros no próprio curso; e acima disso, o dito “daltonismo-científico-acadêmico”, pontuado por Gabriel e Silva (2018), que seria não levar em conta a existência de definição de cor no que se refere ao contexto academicista, da aplicabilidade das teorias; caindo assim, na

redundância de exclusão tanto de materiais não euro-norte-americanos, quanto nas vivências da população não-branca.

Relacionado a isso, Schucman (2018) descreve também esse movimento como “cegueira racial” (*color blind*), que basicamente é desconsiderar totalmente o aspecto racial de uma pessoa de forma social, com o intuito de não ser racista, e ainda entende, que cor e raça não estão ligadas a moral, às oportunidades, muito menos ao aspecto social, o que claramente segue o “mito da democracia racial”, que endeusa a miscigenação forçada e reforça a ideia de que o Brasil, por justamente ser pluricultural, não impede que pessoas negras acendam e participem das classes altas, da mesma forma que estarem inseridos nas universidades.

Além dessa tentativa de enviesar o preconceito racial, na teoria do racismo ambivalente, o indivíduo também pode buscar essa proteção da própria imagem diante o convívio social, ainda que de forma igualitária, para também não demonstrar ser preconceituosa. Contudo, o entrave entre sentimento e comportamento exige psicologicamente dessa pessoa, gerando assim, um desconforto que ocasiona a “*response amplification*”, sendo os extremismos: ou ela transforma em sentimentos de pena e benevolência pelas pessoas negras, que ainda vê como desviante dos valores individuais e abaixo das pessoas brancas; ou ela toma uma posição de “anti-negro” com sentimentos aversivos contra toda a população negra. (LIMA; VALA, 2004).

Apoiado em tudo isso, Veiga (2019) trabalha a perspectiva da psicologia em diáspora, ou seja, esse deslocamento da África rumo à ambientação fora do país de origem, consequentemente, vislumbrando o ser humano no seu contexto afro-brasileiro. Diferente de Marimba Ani, que critica e mantém uma posição um pouco distante da maioria dos conceitos ocidentais, Veiga estuda sob uma ótica psicanalítica contextualizada com a Psicologia Preta, estabelecendo uma ligação e uma ressignificação da teoria de Freud e Lacan com autores negros, assim, ponderando sobre como a colonização deixou marcas no inconsciente e até no processo de subjetivação de outras etnias não brancas.

A ontologia, que de acordo com Marimba Ani (1994) é o entendimento que se dá a realidade e “concepção da natureza do humano” é plural e não ligada a uma verdade universal, o que prediz sobre a subjetividade da dor humana, evidenciando a psíquica. O inconsciente atravessado pelo racismo e processo de colonização, produz uma característica de dor muito singular que se interliga com a introdução do que Veiga (2019) denomina de “processo de desintegração”, da cultura, do saber, da coletividade, da espiritualidade e do próprio ser.

Wade Nobles (2009) pioneiro nos estudos de Psicologia Negra e um dos fundadores da Associação de Psicólogos Negros nos Estados Unidos, dá o nome dessa visão da psicologia sob a perspectiva africana de *Sakhu Sheti*, que significa literalmente “compreender mais profundamente” sobre algo. Assim, Nobles

diz que “a África e as coisas africanas devem ser examinadas e apreendidas em terreno africano”, ou seja, usar moldes feitos por pessoas brancas em uma sociedade ocidental fortemente influenciada pela europa, é desconsiderar a complexidade de uma Asili em prol de outra. Assim, intervenções psicológicas partidas de um conhecimento mais aprofundado (*Sakhu Sheti*) tem como propósito a perpetuação e aperfeiçoamento da visão positiva da pessoa negra, partindo do contexto individual e coletivo.

É importante que retomemos a miscigenação como projeto político no Brasil e os conflitos raciais dificultam na visão de um ponto puramente africano, além das consequências psicológicas que causam nos ditos “pardos”, que incluíam “mulatos”, “caboclos”, “mamelucos” e as diferentes nomenclaturas destituídas para os mestiços provindos de relações interracialis (SCHWARCZ, 2012). Lilia Moritz Schwarcz (2012) no livro “Nem preto nem branco, muito pelo contrário” diz que o “pardo” irrompe para serem, como a autora coloca, um “saco de gatos”, que seria colocar dentro de uma mesma categorização elementos heterogêneos, como pessoas que foram excluídas pelo levantamento do Censo, não só no ano de 1950, a qual foi feita essa classificação reducionista, mas desde os primeiros Censos em 1870 adiante. Schwarcz ainda diz sobre a posição de não lugar dos pardos:

Vale a pena repensar esse termo, que funciona como uma espécie de etc. Como ninguém se autodefine como pardo (pardo é sempre uma definição externa), esse conceito funciona tal qual uma opção do tipo: “nenhuma das anteriores”. [...] Pardo é, pois, um termo paradoxal e de difícil tradução. Na linguagem oficial representa uma incógnita, já na popular tem cor definida e é silencioso, à semelhança do racismo vigente em nosso país. (p. 82-83)

Midria Pereira (2019), uma jovem ativista e poetiza negra, pode contribuir com seu texto “A menina que nasceu sem cor”, apresentando a luta subjetiva, ao mesmo tempo que é um atravessamento coletivo das pessoas negras de pele clara no Brasil. No poema, ela relata sobre que para a parcela da sociedade branca, ela é vista como preta, mas para a comunidade negra, ela é considerada branca. Ela critica como o Brasil, um país que tende a “esquecer” seu passado doloroso em prol de manter aparências de um país miscigenado, em que “a redenção de Cam” — pintura de Modesto Brocos de 1985, que retrata um casal interracial, no qual a mãe mestiça e o pai branco, gerando assim uma criança completamente embranquecida, além do elemento mais emblemático que é a avó levantando as mãos aos céus, como se agradecesse pelo neto ter nascido com a cor tão diferente da sua — é a “Monalisa” dos brasileiros, se referindo a uma obra supervalorizada.

“Eu sou a menina que nasceu sem cor e isso me dá o privilégio de ser a menina que tem livre acesso a muitos espaços/ Mas que no final do dia parece não pertencer a nenhum deles de fato / Eu sou a menina que nasceu sem cor / E isso às vezes me deixa invisível. [...] Por muito tempo eu fui a menina que nasceu sem cor / Mas um dia gritaram-me: NEGRA / E eu respondi.”

A partir disso, Schwarcz (2012) evidencia que a autodeclaração não pode andar sozinha, até porque na verdade ela nunca é vista só, já que a leitura social do pardo, é sempre de ser marginalizado, mesmo não sendo nas mesmas proporções que negros retintos sofrem, como Midria Pereira (2019) bem disse sobre essa tolerância que a sociedade tem de que ela possa transitar em mais espaços pelo fato da sua pele ser um pouco mais clara que a dos outros. O colorismo, que seria essa hierarquização e o que monta os sacos que colocam os gatos tendo o branco como matriz (DEVULSKY, 2021), junto a falta de consciência racial, acoplada numa autodeclaração distorcida, pode ser utilizada erroneamente em alguns momentos por pessoas que não sofrem opressões e nem são lidas socialmente como negras, a se beneficiar da ascendência afro-brasileira, e que se apropriam desses discursos para, por exemplo, fraudarem cotas raciais para entrada na academia (FREITAS; SARMENTO, 2020)

A prática do psicólogo frente as questões raciais então, trabalha no manejo do “auto-ódio” e do sentimento de culpa que a estrutura racista brasileira deixa nas individualidades, como a responsabilidade que é atribuída à vítima da violência. O processo de empoderamento e consciência racial, como opções de caminho para o tratamento, parte de um processo no mínimo doloroso de despertar das grossas amarras sociais, e o psicólogo entendendo a importância de tal desenvolvimento, pode contribuir para um progresso da saúde mental da população negra (VEIGA, 2019).

Fanon (1964) diz que diante uma não opção de saída para todos esses conflitos e angústias provindas do racismo, a comunidade racializada procura reproduzir comportamentos do seu algoz a fim de “desracializar-se”. Ele ainda cita que “A “raça inferior” nega a si mesma como uma raça diferente. Ela partilha com a “raça superior” as convicções, doutrinas e outras atitudes a respeito dela mesma.” (p. 38, *apud*. NASCIMENTO, 2016, p. 155-156).”

A relação de aversão contra seu próprio corpo monta o “mito do negro” explicado por Neusa Santos Souza (2019), médica psiquiatra e psicanalista lacaniana, em sua tese de mestrado “Tornar-se negro: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social”, publicado pela primeira vez na década de 80. O mito gira em torno do auto ódio que Veiga exemplifica, devido ao preconceito estético, estereótipo animalesco e hiperssexualização dos corpos negros, muito mais profundo que isso, tem potencialidade ligada direta ao Utamaroho e Utamawaso da sociedade brasileira, que se manifesta ou esconde a ordem de repressão e doutrinação.

2.3. Aspectos atuais da formação em Psicologia

A priori, Jamille Khouri (2015, 2019) constrói em sua própria graduação uma jornada com as relações raciais, que são retratadas nas suas teses de formação e mestrado em Psicologia, além das

publicações em periódicos em 2016. Um dos estudos produzido por Khouri (2015) faz uma retrospectiva sobre a educação da população negra e foca em como experiências de contato com questões raciais no ensino básico, tem potência de influenciar essa tratativa no ensino superior. No ano seguinte Khouri e Castelar sintetizam essas ideias e condensam para publicação em uma revista que aborda Psicologia e o Ensino, e por fim, no estudo mais recente, Khouri (2019) trata mais profundamente sobre as bases da formação em psicologia no Brasil, focando a pesquisa de campo nos docentes e coordenadores.

Dentro das universidades, há uma grande grade curricular que na maioria das vezes é extensa o suficiente para não ter tempo de abordar temas que não sejam os definidos. No caso das discussões raciais, elas precisam geralmente fazer parte de projetos extracurriculares ou optativos para que sejam abordados na jornada dos alunos, e esses trabalhos são influenciados principalmente por professores e coordenadores (KHOURI, 2015).

A importância da representatividade é um ponto bem latente nos discursos dos alunos, bem como nos produtos da cultura, e/ou dentro do próprio convívio acadêmico, com colegas e figuras de autoridade. Junto a isso, dá possibilidade da presença de um racismo velado, no qual é expresso por meio de gestos, falas discretas e posturas diferenciadas para com os jovens negros. Outro fator importante identificado é a o racismo institucional que acontece de órgãos universitários para com os alunos negros, que tem força suficiente para causar uma demanda de evasão (KHOURI, 2019).

Santos e Schucman (2015) evidenciam as desigualdades que se apresentam no estudo formal, apontando como os alunos de pós e da graduação em si, observam essa dinâmica ao seu redor. Apesar de uma pesquisa feita primeiramente no final dos anos 2000, foi somente publicado seis anos depois, mas ainda apresentam, felizmente ou infelizmente, questionamentos válidos e que perduram até no momento presente. A partir do que é obtido, fica notório que a discussão racial é um tabu, tanto pela falta de informação, quanto pelo medo de falar sobre que acaba reforçando estereótipos e conceitos racistas.

Para somar ao estudo de campo dos últimos autores citados, Menezes, Lins e Sampaio (2019) utilizam de eventos universitários do curso de Psicologia para chegar até os alunos e incentivar a discussão sobre temas raciais. Por meio de uma oficina denominada “Racismo, Sexismo, Epistemicídio e os Saberes Psi”, com o fim de compreender como é construído o saber científico e quais autores são mais frequentes entre as leituras dos alunos. Durante as atividades o recorte de gênero se apresentou menos discrepância do que o recorte racial, visto que dezessete autores citados dois eram negros, mais especificamente mulheres pretas. As angústias apresentadas foram levadas em consideração, levando a equipe de mediadores a agir e movimentar-se para a reunião do Centro Acadêmico organizador das grades curricular, com o intuito de reformular como as disciplinas são abordadas.

Machado e Barcelos (2001) produziram um estudo também dentro do contexto universitário abordando sobre questões raciais e inclusão da população negra nesse espaço, no final dos anos 90 e início dos anos 2000, 12 anos antes da implementação da lei de cotas, consideravelmente sendo uma intervenção antiga, mas que é tão atual quantos os outros autores citados anteriormente. Depois que se fez o perfil dos estudantes, as perguntas específicas do tema e posteriormente as entrevistas diretas, os autores descrevem e comparam a partir da universidade pública e particular, as diferentes percepções de alunos brancos e negros sobre a desigualdade, falta de inclusão, relacionamentos dentro do meio acadêmico e preconceito racial.

Durante as entrevistas foi possível notar que tanto nos anos 2000, como que foi relatado por Santos e Schucman (2015) 15 anos depois, se conectam sobre a censura da discussão do problema, reafirmando o que foi dito em tópicos anteriores sobre a universidade estar isolada da vivência política e em sociedade dos entrevistados. Federico (2021) contribui com uma crítica a essa construção idealizada de que a ciência é imutável e soberana, alienada ao contexto histórico, cultural e ideológico que a rodeia, afirmando ser uma falácia e como o passar dos anos, com os acontecimentos histórico-sociais, são capazes de provar o contrário.

O Conselho Federal de Psicologia (2017), devido a reivindicação do movimento negro para que houvesse maior exposição de materiais de autores negros e que discutissem a questão racial na Psicologia, sendo assim produziu-se a cartilha “Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogos/os”. Junto ao Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), que não apenas é responsável por promover a habilitação profissional na Psicologia nos diversos âmbitos das políticas públicas, como mantém um diálogo mais estreito com demandas étnico-raciais.

A partir disso, esse projeto faz um compilado de materiais que discutem desde do contexto histórico cultural brasileiro das relações raciais, às intervenções e estratégias de enfrentamento ao racismo, evidenciando a urgência dos profissionais levarem em consideração uma práxis que considera o preconceito racial uma problemática também da Psicologia. O próprio CFP (2017) admite no capítulo “Contribuições teóricas da Psicologia nas Relações Raciais”, que durante a produção desse conteúdo, apesar dos materiais coletados serem de extrema importância e contribuem para a formação, todos os revisores perceberam a pouca quantidade de materiais produzidos por psicólogos, indicando a resistência em falar sobre o tema, que se apresenta na sociedade e reflete dentro da própria Psicologia.

Por fim, Maria Aparecida Silva Bento (2016), psicóloga e militante ativa das questões raciais, de gênero e trabalhistas, estabelece a relação entre a ciência psicológica e o racismo, desenvolvendo a ideia de que a Psicologia, ainda que tenha se desenvolvido ao longo dessas décadas, ainda precisa discutir assuntos que são consideradas complexas, até que seja considerada brasileiras de fato, com todas as suas cicatrizes abertas que a invasão de domínio europeu deixou como principal herança. Além disso, a Psicologia como

ciência, precisar (re)criar vínculos com a visão político social para uma práxis contextualizada que sempre se disse proposta a fazer.

2.4 A manifestação das questões raciais na vida profissional

Até então foi discorrido sobre a formação acadêmica em psicologia e a importância do embasamento em questões raciais para futuramente proporcionar serviços de maneira ética e humanizada de acordo com a demanda apresentada. Assim, há quatro teses que expõem opiniões com profissionais já formados, relacionando suas experiências de vida à preparação formal para a atuação profissional, que podem contribuir para uma visão globalizada a problemática apresentada nesse trabalho.

A priori, Santana (2017) produz um estudo denso com psicólogos que atuam no sistema público de saúde mental da cidade de Suzano, no estado de São Paulo, com o intuito de verificar se as relações étnico-raciais eram existentes na prática dos profissionais da Psicologia no Sistema Único de Saúde (SUS). Foram entrevistados nove psicólogos, sendo uma pessoa negra, e concluiu-se que os profissionais entrevistados não possuíram contato com essas questões durante a graduação. Evidenciou ainda sobre a postura prontamente neutra que alguns profissionais tomam, e se de fato a individualidade do psicólogo pode ser deixada de lado, colocando em pauta a prática multicultural que proporciona acolhimento sem estereótipos e preconceitos.

Um ponto interessante a ser citado é que Santana (2017) incluiu outros pesquisadores para a coleta de dados, pois percebeu, por meio de falas dos dois primeiros entrevistados (brancos), que era difícil falar sobre relações raciais com uma pessoa negra, entendendo então que a “paridade da cor de pele entre entrevistados e entrevistador” influencia na sinceridade das respostas coletadas. É muito enriquecedor ver que a autora coloca suas próprias percepções sobre o que escreve, partindo de suas experiências particulares, visto que isso também influencia o desenvolvimento de uma pesquisa científica.

Durante as visitas feitas nas unidades de saúde de Suzano, a autora notou que a estratégia criada pelo Governo Federal para combater casos de racismo nos serviços de saúde através de cartazes informativos sobre o “Disque Racismo”, não foram colocados à mostra para a população. Os cartazes continham imagens ilustrativas de profissionais da saúde negros em posição simbólica de “silêncio” com a frase “Não fique em silêncio. Racismo faz mal à saúde. Denuncie, ligue 136!” logo abaixo. Surpreendentemente ou não, os anúncios foram recortados ficando visível somente a palavra “silêncio” junto à imagem, mudando completamente o significado e a informação que se pretendia perpetuar (SANTANA, 2017).

Além disso, por mais que houvesse sinais claros de que profissionais negros sofressem com o preconceito, isto não conseguiu impulsionar as equipes a adotarem providências para modificar esse cenário e conseqüentemente não se estruturou intervenções para diminuir essa incidência no sistema de saúde de do município (FERREIRA, 2020). Um número considerável dos profissionais entrevistados respondeu não que não via a pauta racial com a importância devida, atribuindo como uma previsível consequência do sistema econômico e social desigual, comprovando a dificuldade de chegar até esses profissionais a partir do discurso étnico-racial (SANTANA, 2017).

Espinha (2017) reforça a necessidade de entrar em contato com intervenções pautadas nas demandas raciais durante a formação acadêmica, ilustrando a partir de três atendimentos de sua própria atuação: Em resumo, durante o período em que trabalhava com atendimento à internos de um hospital, se deparou com duas pessoas que proferiam discursos racistas respaldados no “mito do negro” e outros estereótipos étnico-raciais de culturas não-brancas. Um dos casos a pessoa dizia abertamente sobre como os negros eram seres inferiores e que sua mera existência atrapalhou toda a sua própria vida, são preguiçosos diferente dos asiáticos que são esforçados. O outro caso de um responsável que não queria que sua filha continuasse o relacionamento amoroso com um garoto negro, que essa situação colocava sua “família tradicional” em uma posição vexatória. A psicóloga relata que não soube o que fazer, se intervia ou analisava, e por fim não fez nada, esperava até que aqueles atendimentos se encerrassem o mais rápido possível e disse que a formação em Psicologia não deu nenhum respaldo ou norte a qual ela pudesse seguir (ESPINHA, 2017).

O último atendimento feito quando atuava em uma ONG, foi à uma criança negra de sete anos, vítima de violência sexual. Durante a intervenção utilizando de desenhos, a criança se desenhava com características divergentes a sua: branca, cabelos loiros e olhos azuis. Foi falado com a responsável e notou-se uma cobrança em relação ao estético da criança, mas não relacionado à cor da pele. Diante essa situação Tatiana também se viu perdida e focou em trabalhar com a baixo autoestima da criança, mesmo que questionamentos sobre a não aceitação da própria cor, do “auto-ódio” direcionado a si e o que representa, a acompanharam durante todo o processo (ESPINHA, 2017).

Relacionando com o que Veiga (2019) questiona se psicólogos brancos e de outras etnias podem realmente lidar com questões raciais dentro do ambiente clínico, Tavares e Kuratani (2019) utilizam relatos de casos para debruçar sobre essa temática específica. Um dos casos se refere a uma terapeuta asiática atendendo duas mulheres negras que reproduziam comportamentos diferentes em relação à terapeuta, assim, discutindo sobre o processo de vínculo terapêutico em relações interracialis no setting clínico. A segunda paciente citada possuía um comportamento mais agressivo que suscitava medo e receio na psicóloga, ainda assim, foi seguido o procedimento padrão da criação de laço terapêutico.

O elo primário entre paciente e psicoterapeuta é o que alicerça todo o processo clínico e é responsável por moldar o *setting* em um ambiente acolhedor e seguro para que as dores e problemáticas vivenciadas por cada paciente possam ser compartilhadas sem receio. Em relação às questões raciais há uma intervenção bifurcada: no caso das pacientes primeiro foi estabelecido conversas sobre situações triviais do dia a dia, conhecendo um pouco mais cada uma e promovendo reações mais genuínas que quebrassem um pouco a resistência, assim, preparando o caminho até que a temática racial se faça presente. Caso essas questões forem levadas pelo paciente de imediato, deve ser ouvido e amparado (TAVARES; KURATANI, 2019).

Essas demandas quando não reconhecidas em prol da atenção das informações mais triviais nos padrões de criação de vínculo, é capaz de produzir uma violência racial que negligencia a dor exposta pelo paciente, além de parecer que esse assunto não pode ser discorrido dentro do ambiente clínico e interpretado como uma represália (TAVARES; KURATANI, 2019). Fernando Ferreira (2020), psicólogo clínico que contribuiu de forma significativa para a construção desse trabalho de conclusão de curso, dispôs sua pesquisa de mestrado, que foi submetida, contudo ainda não publicada, e que pode colaborar ainda sobre o mutismo racial, que pode se aplicar tanto para profissionais, quanto para pacientes atravessados pela violência racial:

[...] o silêncio provoca profunda aflição aos sujeitos que são prejudicados nas relações raciais, pois eles podem se sentir desamparados por pessoas mais próximas ou pela sociedade. Eles ainda podem ser considerados complexados e culpados pela situação de humilhação que sofreram. [...] O silêncio seria assim, uma espécie de remédio pior do que a doença. (MUNANGA, 2017, p. 40; CAVALLEIRO, 2017, p. 100 *apud* FERREIRA, 2020, p. 131).

Dessa forma, Ferreira (2020) também produz um estudo complexo sobre a prática de psicólogos junto a vivências pessoais e profissionais intitulado ““A gente tem que falar sobre racismo agora?” Sobre Psicologia, Racismo e Antirracismo”, que se originou de um interessante relato de uma de suas entrevistadas, Marlene, psicóloga branca atuante na área da educação, e por incrível que pareça, uma das profissionais que mais tiveram contato com estudos sobre raça e racismo na graduação. Durante uma supervisão de estágio em que as colegas de profissão de Marlene aparentemente participaram, a professora que orientava foi questionada por um aluno sobre como deveria ser a postura e possíveis dinâmicas diante um possível caso de preconceito racial dentro da instituição de atuação no estágio. A professora pronunciou as exatas palavras usadas para intitular a pesquisa de Fernando, finalizando sua fala com “*Isso parece que não faz parte do nosso campo, do nosso campo de estudo sabe?*”

Afinal, o que pertence à área de estudo? O que é digno de ser estudado dentro da academia? Talvez as patologias derivadas dos conceitos médicos supervalorizados, as violências e desgraças do mundo que

recaem sobre as pessoas todo santo dia, mas isso não inclui o racismo. O racismo é um assunto pária na psicologia, é “mimimi”, é vitimismo, mas nunca uma questão considerada causadora de sofrimento psíquico, porque o brasileiro, somado à sua síndrome de vira-lata, não reconhece o próprio mal que vaga nas vielas, becos, centros do próprio país desde 1500 (FERREIRA, 2020).

3. METODOLOGIA

Partindo dos pressupostos básicos que regem o presente trabalho, optou-se por uma pesquisa de caráter quali-quantitativo, como descrito por Minayo e Deslandes (2009), considerando a pesquisa qualitativa uma abordagem capaz de lidar com processos significativos para cada indivíduo, atentando à sua realidade social e a interpretação que se faz desta. Já a quantitativa, mensura e coloca na linguagem numérica os padrões de comportamento, crenças e atitudes, procurando respostas mais objetivas para as hipóteses levantadas. Esse tipo de pesquisa que integra as duas naturezas no campo social, tem como objetivo trazer uma complementaridade, entendendo que ambas possuem seus objetivos e limitações, desconstruindo assim uma visão Positivista de superioridade entre uma e outra.

Tendo como objetivo descritivo, a pesquisa irá justamente descrever uma determinada população a partir das suas características e sua relação com os fenômenos da realidade. Quanto à temporalidade, será feito um corte transversal, levando em consideração diferentes indivíduos para a visualização de uma mesma variável. Ademais, no que tange o diálogo entre o embasamento teórico-epistemológico referente à pesquisa, escolheu-se um enfoque indutivo na medida em que as discussões raciais no ensino superior podem ou não estar diretamente relacionadas a um perfil específico que se espera de estudante.

3.1 Participantes

Foi utilizada uma amostragem com uma unidade de análise individual e não-probabilística quotas, contendo 111 participantes. Com idade entre 17 e 60 anos, destes 76,8% se autodeclararam do gênero feminino, 22,3% do gênero masculino e 0,9% preferiram não dizer. Quanto a cores/raça, 58,9% se declararam brancos, 27,7% pardos, 12,5% pretos, 0,9% amarelos.

Em relação às orientações sexuais, 64% que se identificam como heterossexuais, 20,7% bissexuais, 10,8% homossexuais, 0,9% assexuais, os outros 3,6% preferiram não responder ou não se definiram ainda. Coletou-se ainda os estados civis dos participantes com 78,4% de solteiros, 16,2% de pessoas casadas, 4,5% moram com o parceiro (a) e 0,9% são divorciados. Além disso, 5,4% dos participantes é Pessoa com Deficiência (PCD) e 94,6% não é.

Os dados demográficos foram coletados por meio das cidades específicas, contudo, serão apresentados de acordo com os estados e regiões do Brasil, assim: 55% são participantes do Sudeste dos estados de Minas Gerais (41%), São Paulo (13%), Rio de Janeiro (2%). Na região Centro Oeste foram 28% das respostas dos estados de Goiás (23%) e Distrito Federal (5%). 10% são referentes ao Nordeste com a Bahia (5%), Piauí (2%), Rio Grande do Norte (2%), Alagoas (1%), Paraíba (1%) e Ceará (1%). O Norte representa uma parcela de 5% com o estado de Tocantins e a região do Sul representando 3% dos participantes com o estado do Paraná.

Sobre a quantidade de pessoas que convivem na mesma residência que os participantes, 54,1% moram com 4 a 6 pessoas, 41,4% com uma a 3 pessoas, 2,7% vivem sozinhos e/ou não possuem família, e 1,8% convivem com mais de 6 pessoas na mesma residência. Em relação a classes econômicas, entendendo que na sociedade brasileira se dividem de A até E, na qual a primeira se encontra as pessoas com maior poder aquisitivo, e a última é a camada mais empobrecida; assim o questionário adquiriu da classe C: 0,9% da classe média alta (mais de 6 salários mínimos), 14,4% da média classe média (de 4 a 6 salários mínimos); da classe D: 24,3% (de 2 a 4 salários mínimos) e por fim, a classe E: com 19,8% (de 1 a 2 salários mínimos) e 9% (de até 1 salário mínimo); 9% preferiram não responder.

Ainda sobre informações socioeconômicas, 46,8% dos participantes não exercem nenhuma atividade remunerada, 28,8% em tempo parcial, 14,4% de modo integral e 9,9% se enquadra no exercício de trabalho eventual (*free lancer*). Assim, entendendo que nas universidades federais o curso de psicologia é integral e em determinadas faculdades particulares é um curso de somente um turno, 18,9% recebe auxílio da universidade ou é bolsista do ProUni, e 81,1% não possuem suporte financeiro.

O nível de escolaridade foi uma questão que gerou um pouco de controvérsias, já que quem tem o curso de psicologia como primeira experiência deveria marcar a opção “Ensino Médio Completo”, já que ainda estão ativos no curso. Quando um outro curso já foi iniciado, abandonado/trancado, e logo transferiu-se para a psicologia, deveria marcar “Ensino Superior Incompleto”, assim poderia ter sido explicitado no questionário. Esclarecido isso, foi levantado 73,9% de Ensino Superior Incompleto, 15,3% de Superior Completo, 8,1% com Ensino Médio Completo, 1,8% são Mestrandos e 0,9% possuem Mestrado Completo.

O status de atividade dentro do curso de psicologia deu importância em qual período entre o primeiro e o décimo os participantes se encontravam atualmente, 9% se encontra no primeiro, 10,8% no segundo, 2,7% no terceiro, 5,4% no quarto, 8,1% no quinto, 12,6% no sexto, 4,5% no sétimo, 13,5% no oitavo, 4,5% no nono e 28,8% no décimo período. O critério de exclusão e inclusão se resumiu em estudantes universitários ativos no curso de psicologia, entre os períodos citados, de universidades públicas e privadas.

3.2 Instrumentos

A pesquisa teve como base principal os instrumentos de questionário e de entrevistas desenvolvidos por Khouri (2015), e Machado e Barcelos (2001), incluindo adaptações para a forma da pesquisa em questão, utilizando então um questionário online para a coleta de informações organizado pela plataforma de gerenciamento de pesquisas “Google Forms”.

Sendo assim, dividiu-se o instrumento em duas etapas: a primeira como um levantamento, utilizando da pesquisa estilo Survey, que foi responsável por recolher as características dos perfis e coletou informações sociodemográficas (gênero, classe, cor/raça, renda etc.) de cada participante e histórico acadêmico, além de possibilitar uma análise das possíveis relações entre variáveis dependentes, independentes e intervenientes, a partir disso, pôde-se identificar propensões de resposta e comportamento do ser humano (BABBIE, 1999). Posteriormente um questionário específico contendo perguntas voltadas para o status do estudante em relação a diversidade racial tanto no curso, quanto no ambiente acadêmico no geral; bem como como esse tema é abordado nas disciplinas dentro de sala de aula.

3.3 Processo de coleta de dados

A priori foi feita a divulgação do estudo por meio das redes sociais como Instagram, WhatsApp, Twitter e Facebook, convocando interessados que possam contribuir com a pesquisa em questão. Ainda na divulgação, foi disponibilizado publicamente o link para o questionário que contém perguntas abertas e fechadas, e para acessar as perguntas do questionário online, o participante teve que passar pela etapa de aceitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), deixando claro seu interesse e seus direitos como contribuinte. Depois da coleta das amostras, o formulário foi fechado para que as respostas fossem postas em análise contextual e individual, respeitando a confidencialidade e imparcialidade que o estudo requisita.

3.4 Procedimento de análise de dados

Conforme descreve Babbie (2003), a pesquisa Survey requer um relatório em que foi atribuída uma matriz “que descreve as características da população alvo”, ou seja, as proporções dos perfis obtidos (idade, gênero, raça etc.), para que posteriormente fosse dividida entre subgrupos de análise, contemplando os procedimentos de amostragem quotal. Sendo assim, foram produzidas tabelas e quadros demonstrativos, identificando as porcentagens das populações levantadas a partir das perguntas.

A análise qualitativa teve base na análise de conteúdo de Bardin (2016) que organiza os processos de resposta com o intuito de compreender o que não está manifesto claramente e interpretar de acordo com

os perfis levantados, bem como relacionar as questões discursivas ao aparato teórico disposto, estipulando uma análise qualitativa no conteúdo numeral.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como apresentado na metodologia essa pesquisa tem duas frentes de análise, sendo denominada como uma pesquisa de caráter quali-quantitativo. Quanto a análise qualitativa primeiro foi realizada uma leitura flutuante dos dados obtidos a fim de estabelecer uma relação intuitiva da geração de algumas suposições, que posteriormente foram relacionadas ao aparato teórico que esse trabalho se respalda; em seguida foi adotada a análise que parte da classificação individual para matrizes gerais que podem atravessar uma maioria ou minoria, com o objetivo final de nomear essas categorias. É importante citar que informações sobre os participantes serão recolocadas nessa parte do trabalho em forma de gráficos e tabelas para melhor visualização.

A priori, o que fica evidente sobre as informações coletadas no questionário é que o curso de Psicologia é majoritariamente feminino e com mais pessoas brancas entre os 21 e 30 anos, sendo assim uma minoria preta, principalmente do gênero masculino. Marques (2018) cita que o credo equivocado de que as pessoas brancas estão em maior número no Brasil, se reforça quando olhamos para os espaços acadêmicos que são ocupados mais por essa população, ignorando que na verdade os negros são maioria no país, com 56% da população total.

Assim, os dados são representativos em consonância com os estudos de base, com uma quantidade significativa de pessoas pardas, ainda que menos que a de pessoas brancas, diferente da pesquisa de Khouri (2015), que apesar de ter adquirido uma amostragem maior e de alcance mais restrito que dessa pesquisa, teve um número maior de participantes autodeclarados pardos (44,3%) do que de brancos (34,2%).

Tabela 01: Distribuição racial dos participantes por gênero

RAÇA/COR DE PELE	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
Amarelo (a)	-	01	01
Branco (a)	50	15	65
Pardo (a)	22	08	30
Preto (a)	12	02	14
Prefiro não dizer	-	-	01
TOTAL	84	26	111

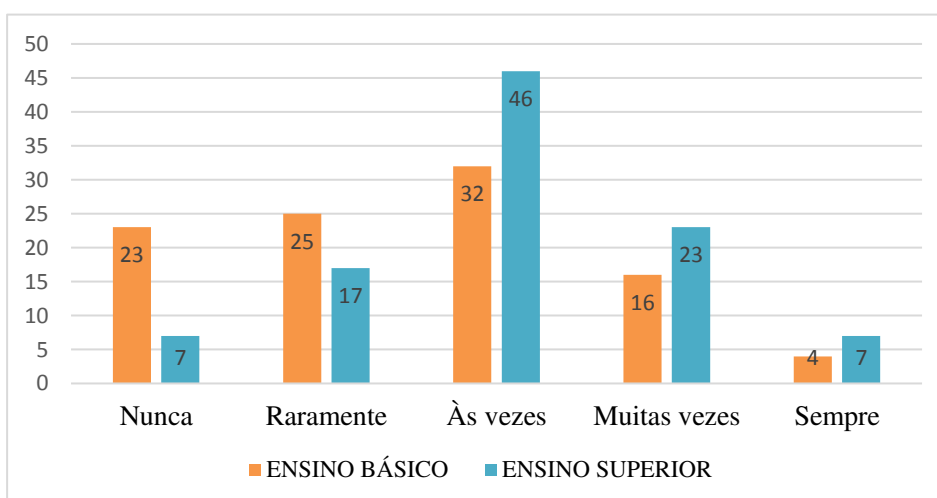
Fonte: Pesquisa original

É relevante discorrer sobre a posição dos pardos na coleta de dados no questionário, voltando para a questão da “raça social” em que as pessoas são lidas por sua cor de pele socialmente, indo além da autodeclaração. Por ser uma pesquisa que não tem contato direto com os participantes, não é possível colocar em prática esse olhar, e isso pode ser considerado importante tomando de base situações que Schwarcz (2012) relata em que pessoas claramente consideradas como pardas ou pretas, nomeiam-se brancas, ou vice-versa. Assim, praticamente todas as pesquisas que abordam as questões raciais que foram usadas no referencial teórico, incluem pesquisas qualitativas de entrevistas diretas, mas com uma amostra restrita de participantes na parte quantitativa.

O IPEA (2020) registrou que uma pequena quantidade de Instituições Federais de Ensino (IFES) designaram internamente uma Comissão de Verificação da autodeclaração racial no processo de cotas, por mais que o Ministério Público tenha estabelecido como uma etapa fundamental no ingresso às universidades de maneira ética e de certa forma, justa. Apesar dos negros estarem mais ativos dentro do meio acadêmico fica evidente que o acesso é desigual e que há um número baixo de alunos pretos que responderam essa pesquisa deixando a disparidade da formação intelectual formal aparente.

Partindo da questão sobre a discussão racial dentro dos ambientes de ensino, na questão 7 da segunda parte do questionário, buscou compreender se durante a formação do ensino básico, os participantes presenciaram essa pauta em sala de aula. Houve uma porcentagem bem irrisória de participantes que presenciaram ativamente esse assunto, mesmo que somado à outra resposta positiva (muitas vezes) fica abaixo das porcentagens em que as relações raciais não foram pautas de discussão tão presentes.

Gráfico 01: Frequência da Discussão Racial nos níveis de Ensino (%)



Fonte: Pesquisa original

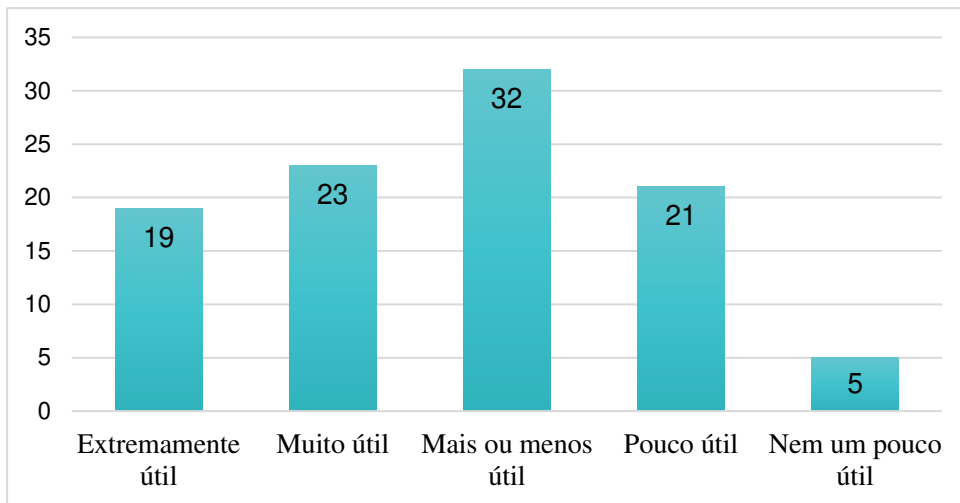
Percebe-se então que em relação ao ensino superior, o ensino básico não aborda as questões raciais de maneira satisfatória, o que reflete o estudo de Khouri (2015) que expõe qualitativamente com entrevistas que essa situação de fato é escassa, na maioria das vezes abordadas de maneira rasa e pontualmente em algumas matérias da área de humanas como história e geografia, além de algumas datas comemorativas como o Dia da Consciência Negra. A ausência da discussão racial no ensino básico, Khouri (2015) ainda diz sobre os objetivos que o sistema de educação colocou nos últimos anos, que além de ser uma grade automatizada que não pode fugir da matriz, restringe o contato com assuntos que são inadiáveis na vida de crianças racializadas.

Além disso, Khouri (2015) reforça sobre a falta de consciência racial é um espelho da falta de capacitação dos professores, contribuindo com uma convivência que reforça os estereótipos das crianças negras, juntamente com o não investimento governamental e federal em colocar essa pauta visível de maneira responsável, bem como pede a lei 10.639/03 sobre o ensino da “História e Cultura Afro-Brasileira”. Machado e Barcelos (2001) por meio de entrevistas também descrevem que esse déficit na educação básica, que é a primeira instituição social depois da família e a base para a convivência em outros níveis de ensino, proporciona experiências desagradáveis aos alunos negros.

A universidade, como dito por Trindade e Prigenzi (2002) é um local onde há uma possibilidade de formar uma totalidade de pessoas com exercício de senso crítico sobre o meio que vivem, e sem essa dinâmica o ambiente acadêmico se reduz a rotinas mecânicas que não contemplam a verdadeira essência criativa e potente da produção de conhecimento. Com isso, em relação ao ensino superior, como mostra no gráfico acima, surpreendentemente, vemos uma frequência maior no contato com a discussão do tema, apesar de ainda ser insatisfatório, considerando que 54% dos participantes relataram que mesmo sendo presente de forma esporádica, poderia ter sido melhor abordada, nos fazendo levantar a mesma dúvida de Khouri (2015): como esses conteúdos estão sendo abordados?

A frequência dessa discussão se relaciona muito com a última questão proposta, que verifica se a universidade em que os participantes estavam inseridos proporcionavam espaços, somados à sala de aula, que agregassem conhecimento ou teriam sido úteis na construção de debates sobre as relações raciais e psicologia, que podemos visualizar no gráfico abaixo:

Gráfico 02 - Utilidade dos espaços nas universidades no incentivo da discussão racial (%)



Fonte: Pesquisa original

Os resultados apresentam-se compatíveis com a assiduidade das discussões e também mais positivos que os resultados dos estudos de base para esse trabalho, evidenciando que a ausência total dessas discussões possui um número significativamente menor do que as outras opções que consideram ter algum tipo de contato com o tema. Este trabalho em específico, diferente de Khouri (2015) e Machado e Barcelos (2001), que incluíram entrevistas diretas com os participantes, tem como objetivo verificar sobre a condição geral dos estudantes de psicologia numa conjuntura contextualizada e com uma amostra que abrange diferentes contextos regionais. Cada estado, com sua particularidade lida e coloca em prática o entendimento das questões raciais de maneira única, porque leva em consideração contexto histórico e cultural, ainda que teoricamente a abordagem dessa temática seja uma padronização federal.

Fica evidente então uma falta de compromisso assíduo das universidades em abordarem o tema das relações raciais que vai ao encontro do que Marques (2018) apresenta, na urgência de que esse espaço acadêmico assumira a pobreza dessa discussão que está intrinsicamente ligado à falta de diversidade e representatividade entre o corpo docente e em lugares de poder, que é retratado abertamente também por Khouri (2015), entendendo que essa condição poderia, de certa forma, suscitar a abordagem dessa temática e na identificação dos alunos negros dentro do curso.

Assim, isso se responde por meio das respostas do questionário na qual 44,1% dos participantes não acham o corpo docente e nem de alunos é diverso racialmente. Ferreira (2020) cita que mesmo que seja muito importante que pessoas negras pudessem serem mais vistas nos cargos acadêmicos, isso não exclui totalmente a performance racista estrutural dentro das universidades e da própria sociedade brasileira, ainda que seja um passo significativo para a instauração de uma dinâmica mais aberta para a discussão.

Em todo o questionário disponibilizado aos participantes, havia, além das perguntas abertas sociodemográficas, três questões discursivas que abordavam: a) qual disciplina dentro do curso de

Psicologia mais tinha afinidade; b) qual área de atuação profissional o participante mais se identificou e pretende seguir após a conclusão do curso; c) quais os autores, durante a jornada acadêmica, despertaram mais interesse. A primeira questão coletou uma diversidade de disciplinas que foram filtradas a partir de citações em comum entre os participantes, desenvolvendo assim, subgrupos de disciplinas relacionadas, por exemplo, de assuntos que se aprofundam em abordagens da Psicologia. Sendo assim, foram identificadas 17 categorias com o número de citações que podem ser visualizadas na tabela abaixo:

Tabela 02: Distribuição de disciplinas por afinidade.

DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE CITAÇÕES
Análise do comportamento	5
Áreas não específicas da psicologia (Anatomia/Sociologia/Filosofia/Libras/Espiritualidade)	6
Avaliação, Técnicas psicológicas e Vivências	7
Desenvolvimento Humano	20
Escolar, Educacional e Aprendizagem	6
Específicas de abordagens	15
Estágios Curriculares	5
Fenomenologia e Processos Básicos	3
História da Psicologia e Epistemologia	2
Metodologia científica	3
Neuropsicofisiologia e neuropsicologia	3
Organizacional e do trabalho, Orientação Vocacional e Profissional	7
Psicologia Jurídica	2
Psicologia Hospitalar	5
Psicologia Social e Comunitária	12
Psicopatologia	10
Psicologia da Saúde e Epidemiologia	7

Fonte: Pesquisa original

Assuntos ligados ao desenvolvimento humano foram maioria nas citações e dos autores referenciados dessa área, uma somente é brasileira, os outros estabelecem seus estudos por uma visão norte-

americana e europeia, partindo de uma base de desenvolvimento biopsicossocial majoritariamente branca e em condições sociais privilegiadas para o crescimento; e Maria Tereza Maldonado, a única autora brasileira citada, considera de forma abrangente, padronizando o processo puerpério sem um recorte específico de raça e classe social.

No questionário uma pergunta gerou dúvidas formais que estabeleceram duas linhas de pensamento que deveriam ter sido explicitadas dentro da questão: a diferença entre o aprendizado entre pessoas negras e brancas. A aprendizagem e a troca com o outro de acordo com Khouri (2015) fazem parte do desenvolvimento humano, bem como as oportunidades de acesso que desde o início do período escravocrata foi negado para a população negra. A outra vertente, e que se relaciona com a intenção de quando a pergunta foi elaborada, é que fosse de encontro com resquícios da herança do racismo científico como Santana e Moraes (2009) descreveram como determinante do destino primitivo das pessoas negras, assim como a crença de que eram desprovidos de inteligência, assim como Khouri (2015) afirma que o racismo influencia diretamente a consolidação desse aprendizado que também depende da condição psicoemocional de cada aluno.

Sendo assim, o desenvolvimento humano considera o contexto biopsicossocial, que é a base da interpretação do homem pela ciência psicológica, e para cumprir esse compromisso, análises de diferentes grupos étnicos precisam ser pautadas nas suas respectivas visões de mundo culturais; especificamente em relação à população negra, necessita que o modelo afrocentrado discorrido por Nobles (2009), seja ponderado para (re)determinação de como a disciplina de Desenvolvimento Humano é aplicada aos futuros psicólogos, tendo em vista que a Asili africana cultua uma visão diferente do ser humano que é desenvolvido por autores europeus.

A segunda pergunta discursiva obteve algumas respostas divergentes que foram respondidas com a abordagem teórica de intervenção em vez das áreas de atuação profissional na Psicologia, assim, 7 respostas foram descartadas. Além dessas, 10 participantes responderam “não sei” ou “não definido” e 1 não pretende seguir com a carreira depois que terminar o curso. Uma das respostas também precisou ser descartada por se tratar do “Plantão Psicológico”, que é uma modalidade de intervenção e acolhimento, podendo estar inserida em diversos modelos de práticas. Ao todo, foram citadas 10 áreas de atuação, demonstradas na tabela 03, é importante destacar que há um número maior de menções do que o número de participantes, isso porque alguns participantes citaram mais de uma opção quanto a possível área de atuação:

Tabela 03: Áreas de Atuação

ÁREAS DE ATUAÇÃO	QUANTIDADE DE CITAÇÕES
------------------	------------------------

Acadêmica (pesquisa e docência)	10
Clínica	44
Escolar e Educacional	10
Esporte	02
Hospitalar	14
Jurídica (forense)	07
Neuropsicologia	05
Organizacional e do Trabalho	11
Saúde (pública e mental)	03
Social e Comunitária	12
Não Escolhi	02
Não Sei	08
Não Pretendo Seguir	01

Fonte: Pesquisa Original

Pode-se ver que há uma considerável frequência da prática Clínica, e a partir dos conteúdos nota-se ainda que é a primeira escolha de uma parcela que está nos períodos finais da graduação. O próprio CRP (2017) diz que a clínica em si sempre foi um ambiente elitizado, quando não era também uma detentora do poder que ditava a desconformidade psicológica na sociedade brasileira. É de conhecimento que o tratamento terapêutico particular estabelece algumas barreiras de acesso, a mais evidente sendo a econômica, reforçando o perfil de quem sempre teve o privilégio de estar inserido nesse contexto. O atendimento individual se baseia no que o paciente leva até o consultório, com isso, os profissionais podem cair em um discurso unilateral, desvinculando a prática clínica da responsabilidade político-social, reforçando ainda mais as indagações do CFP (2017) sobre a real preparação dos estudantes para uma prática inclusiva e assim promover o avanço da Psicologia como ciência.

Quanto ao questionamento sobre a importância da discussão racial no curso de psicologia, houve quase uma unanimidade com 97,3%, e o interessante é que os 2,7% que responderam que é importante, mas não tanto, são pessoas brancas; duas de universidades particulares e uma da pública, e duas delas se interessam pela prática clínica. Esses 3 participantes em específico responderam que tiveram muito pouco contato com esse tema. Com isso, como Veiga (2019) levanta indagações análogas ao Conselho de Psicologia, os futuros profissionais brancos saberão realmente como lidar com as demandas de pacientes negros no contexto clínico quando essas surgirem, sem uma preparação adequada desde a graduação, ou

até mesmo por sua decisão em se afastar do compromisso político do psicólogo e na exaltação da neutralidade?

A questão racial é indissociável do paciente racializado, mesmo que os profissionais na maioria das vezes tentem ignorar e acabarem por aceitar a continuidade do tabu imposto das questões raciais logo na educação superior, refletindo negativamente na práxis clínica como relatado por Tavares e Kuratani (2019) no caso específico que uma psicóloga não soube como proceder frente às demandas de adoecimento psicológico provindo do racismo, bem como Espinha (2017) e Santana (2017) que transcendem na prática do psicólogo em outros contextos que também foram citados, como o sistema de saúde pública e hospitalar, e Ferreira (2020) com a falha na práxis de uma docência responsável.

Dentre a parcela de alunos que não acham as relações uma pauta totalmente importante, eles citaram disciplinas ligadas à História da Psicologia, referenciarem autores brancos colocados como clássicos (Freud, Jung, Carl Rogers e Perls), além de dois deles acreditarem que as cotas raciais são uma forma de racismo contra a população negra. Considerando que o CFP (2017) retrata que ainda há uma dificuldade da própria ciência psicológica em admitir que a história dos afrodescendentes andam em paralelo com a prática do Psicólogo, bem como uma escassez de materiais dispostos em comparação a outros temas, esses alunos refletem a falta de referências sólidas de como é a movimentação das relações raciais no Brasil, já que o processo de psicoeducação dentro da sala de aula, de acordo com Khouri (2015) tem potencial transformador.

Durante a análise da última questão sobre quais os autores, durante a jornada acadêmica, despertaram mais interesse nos participantes, foram citados 75 autores, os mesmos foram divididos por áreas dentro da psicologia e conforme objetivos da pesquisa, sendo elas: Comportamentais (Behaviorista, Terapia Cognitivo Comportamental, e Análise Experimental), Desenvolvimento Humano, Escolar e Educacional, Existencialistas (Logoterapia, Fenomenologia), Gestalt e Psicodrama, Histórico Cultural, Humanista (Abordagem Centrada na Pessoa), Neuropsicologia, Psicanálise, Psicologia Social, Psicologia Analítica e Relações Raciais conforme a tabela 04:

Tabela 04: Áreas de maior interesse a partir dos autores

FAIXA ETÁRIA	GÊNERO	COR/RAÇA	ÁREAS DE INTERESSE
17 a 20	24 sexo feminino	13 brancas, 4 pardas	Behaviorista / TCC / Experimental; Psicanálise; Desenvolvimento Humano; Humanista / ACP; Histórico Cultural

21 a 30	53 sexo feminino e 04 sexo masculino	01 amarelo (a), 36 branco (a), 12 pardo (a), 9 preto (a)	Behaviorista / TCC / Experimental; Desenvolvimento Humano; Existencialista / Logoterapia; Fenomenologia; Histórico Cultural; Humanista / ACP; Neuropsicologia; Psicanálise; Psicologia Analítica; Psicologia Social; Relações Raciais
31 a 40	05 sexo feminino e 02 sexo masculino	05 branco (a), 01 pardo (a), 01 preto (a)	Behaviorista / TCC / Experimental; Psicanálise; Relações Raciais
41 a 50	08 sexo feminino e 01 sexo masculino	04 branco (o), 05 pardo(a)	Behaviorista / TCC / Experimental; Existencialista / Logoterapia Fenomenologia; Psicanálise; Psicologia Social
51 a 60	03 sexo feminino e 02 sexo masculino	03 branco (a) 02 pardo (a)	Existencialista / Logoterapia Fenomenologia; Psicanálise

Fonte: Pesquisa original

Os participantes entre 17 e 30 anos se interessaram ou tiveram mais contato com as áreas e autores que são abordados nos primeiros anos da graduação para a base da construção de conhecimento psicológico que se subsele à futura práxis, além de também incluírem os estudos de abordagens específicas. Já na faixa etária de 31 a 60 anos, o foco é voltado mais para as escolas de pensamento na Psicologia, além das relações raciais ser pauta somente na faixa de 21 a 40 anos.

Certos autores citados por Menezes, Linz e Sampaio (2019) também se encontram nas respostas do questionário, até mesmo o número de referências de alguns autores é concordante, sendo esses com as respectivas citações na coleta de dados desse trabalho: Michael Foucault (6), Judith Butler (1), Sigmund Freud (40), Zygmunt Bauman (4), Carl G. Jung (10), Karl Marx (2), Burrhus Frederic Skinner (17), Mary Jane Spink (1). No questionário viu-se que os autores clássicos da psicologia se fizeram presentes em números consideráveis, porém, há também protagonismo de autores fora do foco psicológico e que ainda contribuem significativamente para tal.

Menezes, Lins e Sampaio (2019) questionam ainda sobre a procedência da estruturação de uma grade dos autores clássicos e afinal, quem determina quais os processos seletivos desses materiais? O que nos leva a um dos cerne desse trabalho que se baseou na pesquisa dos três autores citados anteriormente: na escolha de colocar o aparato teórico da psicologia com os ditos clássicos, que se mantém na maioria das vezes numa ótica colonial, conseqüentemente, acaba por silenciar ou invisibilizar autores não brancos?

A partir disso, identificamos que apenas 10 dos 75 autores citados são negros e/ou debatem abertamente sobre as questões raciais na psicologia e áreas sociais do conhecimento, sendo estes, com o

número total de referências: Jeane Tavares (2), Djamilla Ribeiro (2), Silvio Almeida (1), Frantz Fanon (5), Neusa Santos Souza (3), Maria Helena Zamora (1), Maria Aparecida Bento (1), Lélia González (1), Wade W. Nobles (1) e Molefi Keti Asante (1). Identificou-se ainda que essas citações se restringem a apenas 10 pessoas, sendo 5 brancas, 4 pretas e uma parda de 7 estados diferentes. Sobre o perfil desses participantes, na tabela 05 pode-se visualizar melhor a distribuição de informações:

Tabela 05: Perfil dos participantes que citaram autores negros

PARTICIPANTE	FAIXA ETÁRIA	GÊNERO	COR/RAÇA	UNIVERSIDADE	PERÍODO	ESTADO
A	31 a 40 anos	Feminino	Branco (a)	Particular	5	PR
B	21 a 30 anos	Masculino	Preto (a)	Pública	10	TO
C	21 a 30 anos	Feminino	Preto (a)	Pública	10	MG
D	21 a 30 anos	Feminino	Preto (a)	Pública	10	BA
E	21 a 30 anos	Feminino	Branco (a)	Particular	8	GO
F	21 a 30 anos	Feminino	Preto (a)	Pública	10	TO
G	21 a 30 anos	Masculino	Branco (a)	Particular	8	MG
H	21 a 30 anos	Feminino	Branco (a)	Particular	8	DF
I	21 a 30 anos	Prefiro não dizer	Branco (a)	Pública	6	MG
J	21 a 30 anos	Feminino	Pardo (a)	Particular	10	SP

Fonte: Pesquisa original.

Apesar de vermos uma igual distribuição entre universidades públicas e particulares nesse subgrupo específico (total de 5 cada), é interessante evidenciar que 3 participantes (B, C e I), que fazem parte do sistema público, relataram ter participado de discussões raciais dentro do curso de Psicologia com uma incidência maior de satisfação de como foi abordado, bem como acreditam que a universidade proporcionou espaços que discutissem essa temática, diferente dos outros respondentes que tiveram poucas experiências diretas dentro da sala de aula ou responderam sobre a presença, mas questionaram a qualidade da abordagem dos temas raciais, que poderia ter sido melhor aplicada.

Khoury (2015) relata sobre o ensino privado e suas bases elitistas que começam com o recorte econômico, que é a principal barreira para a consolidação de um corpo docente e de alunos mais diversificado, acabando por excluir a discussão racial das suas pautas em prol de manter os interesses de pessoas com maior poder aquisitivo. Em uma das questões foi colocado se os participantes acreditavam que as cotas raciais são uma forma de racismo ou diminuem as pessoas negras; das 16 respostas que afirmaram

que sim, 13 são de universidades particulares, 1 do ensino público e 2 não foram identificadas. Contudo, não necessariamente o ensino público estabelece uma transmissão de aprendizado completo das relações raciais, visto que os participantes inseridos nela também retratam sua insatisfação de como esse assunto foi abordado das vezes que esteve presente.

Os autores negros que foram referenciados nas respostas e também serviram de base para a construção desse trabalho, denunciam e criticam a desigualdade que a escravidão impôs à sociedade brasileira, bem como a parcela de culpa que a psicologia possui por seu histórico relacionado com intelectuais racistas. A forma como o racismo desestrutura o psíquico da população negra é inegável, mas silenciado até hoje, por isso pensadores das relações raciais assumiram a responsabilidade de disseminação intelectual que contribui para uma prática antirracista, e que por muito, foi subestimada, contudo, como disse Lélia Gonzales (1984), hoje “o lixo fala” e muito alto.

Podemos inferir então de acordo com todas essas informações levantadas, que a falta da discussão racial dentro das universidades é como um processo em cadeia, os alunos que atualmente não tiveram boas experiências e nem contato com as discussões raciais, poderão ser futuros docentes que também continuarão a reproduzir o sistema de autores brancos e de uma educação elitista, visto que não houve uma conscientização, nem mesmo condições propícias para incentivar o estudo desse tema. Tem potencialidade assim de serem como a docente descrita por Ferreira (2020), que além de negar essa experiência aos futuros universitários, pode ainda contribuir para mais violência dentro da própria sala de aula. Por fim, respondendo o título da pesquisa do autor: sim, “a gente” precisa falar sobre racismo agora e nos anos que nos sucedem, para que finalmente os objetivos teóricos da Psicologia de promover o bem estar psicológico sejam de fato alcançados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou verificar sobre a existência da discussão racial dentro de sala de aula e dos fatores que envolvem a consolidação desse contato do aluno dentro do curso de Psicologia. Por meio do questionário foi possível mensurar essa possibilidade que, se mostrou positiva em relação às hipóteses levantadas antes da aplicação do instrumento e a partir dos relatos presentes dos estudos de base, que consideravam uma carência muito maior. A discussão sobre a temática étnico-racial, por mais que não tenha uma quantidade significativa de estudos comparado às outras áreas, está se tornando pauta dentro de sala de aula. Os resultados mostram que alguns alunos interessados não se restringem apenas a um perfil determinado de estudantes, apresentando ainda uma diversidade escassa, mas ainda assim, que contempla

uma divisão similar entre pessoas brancas e negras que se interessam pelo tema e que têm autores negros como referência na graduação.

A escolha do tipo de pesquisa quanti-quali acaba por pesar a sua valoração no processo quantitativo, visto que a medição do comportamento e das crenças é mais palpável, podendo visualizar um panorama mais específico do público alvo. Apesar disso, ao longo da produção sentiu-se a falta de entrevistas diretas que contemplassem a riqueza que são os processos subjetivos específicos de cada aluno, para expor suas experiências dentro do curso e entendermos a qualidade de como esse assunto está sendo abordado. Outro ponto a ser ressaltado é a quantidade de perguntas no questionário que deveria conter um número menor do que foi aplicado e que teria facilitado no processo de tabulação das respostas.

Em base dos estudos levantados e dos indicativos que se seguiram destes, mostram que o curso de psicologia em si apresenta uma dificuldade na efetividade concisa no papel de proporcionar aos estudantes respaldo durante graduação para uma prática contra o preconceito, podendo então reforçar ainda mais as bases elitistas da ciência no geral, que foi criada e exercida por e para pessoas brancas, fruto da herança escravocrata que não permitiu que pensadores negros colocassem suas ideias à luz do mundo. Podemos ver que atualmente o genocídio da população negra ainda é um fato, além da desigualdade fora e dentro das universidades ser gritante, demonstrada pelo perfil latente dessa pesquisa, reafirmando que a psicologia ainda está sendo produzida por pessoas brancas e conseqüentemente para eles mesmos. Ainda assim, as oportunidades de inserção nos ambientes acadêmicos por meio das leis e resoluções fizeram com que a sociedade brasileira andasse um pequeno passo para o enfretamento da subjugação de raças e etnias.

A Asili, utilizada para determinar o início e um princípio, marca também o fim desse estudo, onde ficou evidente que Asili da formação em psicologia está inserida: no DNA do Brasil. E assim é uma herdeira que com todos os seus defeitos e qualidades, ainda possui responsabilidades com as questões raciais e vão se moldando ao longo do seu amadurecimento e nos novos significados que a própria cultura estabelece. A psicologia, por mais que reconheça o legado torpe, que se manifestou nas suas práticas por tantos anos, não pode mudar completamente sem que as estruturas sociais brasileiras se modifiquem. A Asili brasileira e da própria psicologia, foi, ainda é, e será por um tempo, parafraseando o cantor Emicida, a plena felicidade do branco, enquanto a felicidade do preto é quase.

ABSTRACT: Psychology is a science that constructed its practice on the basis of sociohistorical and cultural events, therefore, racial relations's studies are an important part of the field. The present study aims to verify if there are academic debates pertaining this thematic in psychology courses across various federal and private universities around Brazil, as well as if this has any links with specific student profiles. Furthermore, it had the specific objective of describing how structured the knowledge and praxis of psychology are around racial relations in the country nowadays, understanding to and by whom it was produced; finally, also understanding the Brazilian sociocultural Asili in psychology graduation. Initially, the quanti-quali research method contemplated a survey of university students through a questionnaire, then

applying specific questions about status and contact with racial issues in the course. Thus, the discourse analysis was applied in the collected data, highlighting subgroups that showed higher frequency in particular questions. Results showed that the psychology course consists of predominantly white and female people, highlighting racial inequality and reaffirming the content exposed in the bibliographical material analysed. Besides, contact with racial discussions in the psychology course is minimally positive, but still unsatisfactory, including the shallow numbers of referential black authors. It was concluded that the racial discussion pertains a diversity of students and doesn't necessarily correlates itself with a specific profile. Racism still exists in the practice of psychology and the negligence in the approach of this thematic is directly linked to the Brazilian Asili that still hasn't gotten over the traumas that slavery brought about.

Keywords: University. Psychology. Race relations.

REFERÊNCIAS

ANI, M. **Yurugu**: Uma crítica Afro-centrada do Pensamento e Comportamento Europeu. Trenton: Africa Word Press, 1994.

ASANTE, M. K. Afrocentricidade: Notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, E. L. (org.). **Afrocentricidade**: Uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Org.) **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

BETIM, F. O Brasil é mais racista que os Estados Unidos? **El País**, nov. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-19/o-brasil-e-mais-racista-que-os-estados-unidos.html>. Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

_____. **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em 28 abr. 2021.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 28 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações Raciais**: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP, 2017.

_____. **Resolução CFP nº 018/2002**. Brasília, 2002. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF. Acesso em: 28 abr. de 2021.

DEVULSKY, A. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

ESPINHA, T. G. **A temática racial na formação em psicologia a partir da análise de projetos políticos-pedagógicos: silêncio e ocultação**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2017. 233p. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/331586>. Acesso em: 05 nov. 2021.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Lisboa: Letra Livre, 2015.

FEDERICO, R. M. **Psicologia, raça e racismo: uma reflexão sobre a produção intelectual brasileira**. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

FERNANDES, A. A. *et al.* A historicidade do racismo e sua manifestação na comunidade quilombola do Atalho. **Perspectivas Em Psicologia**, 23(1), 152-175, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/PPv23n1a2019-52117>. Acesso em: 06 nov. 2021.

FERREIRA, F. L. “**A gente tem que falar sobre racismo agora? Sobre Psicologia, Racismo e Antirracismo**”. No prelo. 2020.

FREITAS, M.; SARMENTO, R. As falas sobre a fraude: análise das notícias sobre casos de fraudes nas cotas raciais em universidades em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 101, n. 258, pp. 271-294, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.101i258.4262>. Acesso em: 14 nov. 2021.

GABRIEL, N. L. D.; SILVA, L. C. da. Reflexões iniciais acerca do Epistemicídio na Psicologia. **Rev. NEIAB**, v. 2, n. 2, 2018. Disponível em: <http://sites.uem.br/neiab/epistemes-negras-producao-de-subjetividades-identidade-e-aco-es-afirmativas>. Acesso em: 13 mai. 2021.

GONZAGA, P. R. B.; CUNHA, V. M. Uma Pandemia Viral em Contexto de Racismo Estrutural: Desvelando a Generificação do Genocídio Negro. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003242819>. Acesso em: 26 ago. 2021.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs, p.223-244. 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20Lélia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 07 nov. 2021.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Ação Afirmativa e População Negra na Educação Superior: acesso e perfil discente**. Brasília: Ipea, 2020.

KHOURI, J. G. R. **Relações raciais na educação: Memórias de estudantes de Psicologia**. Tese de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia), Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador, p. 39, 2015

_____. **Formando psicólogas/as para as relações raciais: Avanços e contradições nos cursos de Psicologia da Bahia**. Tese (Mestrado em Psicologia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p. 125, 2019. Disponível:

<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/22102/2/Jamille%20Georges%20Reis%20Khoury.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2021.

KHOURI, J. G. R.; CASTELAR, M. Percepções de Estudantes sobre o Debate das Relações Raciais na Formação em Psicologia. **Psicol. Ensino & Form.**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 53-62, 2016. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-20612016000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 abr. 2021.

LIMA, M. E. O.; VALA, J. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 3, pp. 401-411, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000300002>. Acesso em: 12 out. 2021.

MACHADO, E. A.; BARCELOS, L. C. Relações Raciais entre Universitários no Rio de Janeiro. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 23, n. 2, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2001000200002>. Acesso em: 25 ago. 2021.

MALHEIRO, D. P.; NADER, R. M. Contribuição a uma análise da Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 7, n. 2, pp. 9-13, 1987. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98931987000200003>. Acesso em: 26 ago. 2021.

MARQUES, E. P. de S. O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230098>. Acesso em: 26 ago. 2021.

MENEZES, J. A.; LINS, S. S.; SAMPAIO, J. V. Provocações Pós-Coloniais à formação em Psicologia. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 31, e191231, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822019000100222&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 mai. 2021.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MOURA, C. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita, 2014.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NOBLES, W. W. Sakhu Shetiz: Retomando e reapropriando um foco psicológico Afrocentrado. In: NASCIMENTO, E. L. (org.). **Afrocentricidade: Uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

OLIVEIRA, C.; EVANGELISTA, A. P. Negros são os que mais morrem por covid-19 e os que menos recebem vacinas no Brasil. **Brasil de Fato**, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/21/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>. Acesso em: 26 ago. 2021.

OLIVEIRA, T. M. V. de. Escalas de Mensuração de Atitudes: Thurstone, Osgood, Stapel, Likert, Guttman, Alpert. **Rev. Administração On Line**, v. 2, n. 2, 2001. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/veludo_-

_escalas_de_mensuracao_de_atitudes_thurstone_osgood_stapel_likert_guttman_alpert.pdf. Acesso em: 26 jun 2021.

ORTEGAL, L. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 413-431, dez. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000300413&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 abr. 2021.

PEREIRA, M. **A menina que nasceu sem cor (Poesia Completa) - Mídria**. 2019. Disponível em: https://youtu.be/Vy0Colqv_a0. Acesso em 14 nov. 2021.

PINTO, M. C. C.; FERREIRA, R. F. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 9, n. 2, p. 257-266, dez. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082014000200011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 abr. 2021.

QUADRADO, J. C.; FERREIRA, E. da S. Ódio e intolerância nas redes sociais digitais. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 03, pp. 419-428, out. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p419>. Acesso em: 26 ago. 2021.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTANA, M. F. **Muito além da cor da pele**: psicologia, saúde mental e relações étnico-raciais em serviços públicos de saúde do município de Suzano, São Paulo. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. DOI: 10.11606/D.47.2017.tde-15092017-122533. Acesso em: 05 nov. 2021.

SANTANA, J. V. J. DE; MORAES, J. O. História do negro na educação: indagações sobre currículo e diversidade cultural. **Rev. Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 103, p. 51-59, 17 out. 2009. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/7393>. Acesso em: 25 abr. 2021.

SANTOS, A. de O. dos; SCHUCMAN, L. V. Desigualdade, relações raciais e a formação de psicólogo(as). **Rev. Epos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 117-140, dez. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2015000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 abr. 2021.

SANTOS, A. de O. dos; SCHUCMAN, L. V.; MARTINS, H. V. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 32, n. spe, p. 166-175, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 abr. 2021.

SANTOS, B. de S.; MENEZES, M. P. Epistemologias do Sul. **Rev. Lusófona de Educação**, Coimbra, v. 13, n. 13, jun. 2009. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Revista%20Lusofona%20Educacao_2009.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

SANTOS, R. A. dos; SILVA, R. M. de N. B. e. Racismo científico no Brasil: um retrato racial do Brasil pós-escravatura. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 68, p. 253-268, 2018. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602018000200253&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 abr. 2021.

SCHUCMAN, L. V. **Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor**. Salvador: EDUFBA, p. 146, 2018.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. [s. l.]: Editora Lebooks, 2019.

TAVARES, J. S. C.; KURATANI, S. M. de A. Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003184764>. Acesso em: 08 nov. 2021.

TORRES, L. de L. Reflexões sobre raça e eugenia no Brasil a partir do documentário "Homo sapiens 1900" de Peter Cohen. **Ponto Urbe**, n. 2, 2008, Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1914>. Acesso em: 13 set. 2021.

TRINDADE, J. C. S.; PRIGENZI, L. S. Instituições universitárias e produção do conhecimento. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 09-14, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000400003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 abr. 2021.

VEIGA, L. M. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 31, n. spe, p. 244-248, dez. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922019000600244&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 abr. 2021.

WOODSON, C. G. **A (des)educação do negro**. São Paulo: Edipro, 2021.

ZAMORA, M. H. R. N. Desigualdade Racial, Racismo e seus Efeitos. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 24, n. 3, p. 563-578, 31 dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/4915>. Acesso em: 12 nov. 2021.

ANEXOS:

A - QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

1. Qual faixa etária você se encaixa?

- a. () 17 a 20 anos
- b. () 21 a 30 anos
- c. () 31 a 40 anos
- d. () 41 a 50 anos
- e. () 51 a 60 anos
- f. () Acima de 60 anos

2. Qual seu gênero?

- a. () Feminino
- b. () Masculino
- c. () Não-binário
- d. () Transgênero
- e. () Prefiro não dizer

3. Qual sua orientação sexual?

- a. () Heterossexual
- b. () Homossexual
- c. () Bissexual
- d. () Assexual
- e. () Pansexual
- f. () Prefiro não dizer

4. Você é PCD (Pessoa com Deficiência)?

- a. () Sim
- b. () Não

5. Qual área você vive?

- a. () Urbana
- b. () Rural

6. Cidade onde reside atualmente ou que corresponde à sua área: _____

7. Estado Civil

- a. () Solteiro (a)
- b. () Casado (a)
- c. () Divorciado (a)
- d. () Viúvo (a)
- e. () Mora com o (a) companheiro (a)

8. Qual sua raça/cor de pele?

- a. () Branco (a)
- b. () Preto (a)
- c. () Pardo (a)
- d. () Amarelo (a)
- e. () Indígena

9. Qual a sua religião?

- a. () Católico (a)
- b. () Cristão Ortodoxo
- c. () Protestante (Evangélico/a, Metodista, Adventista, Presbiteriano/a, Batista)
- d. () Espírita / Kardecista
- e. () Religiões de Matriz Africana (Candomblé, Umbanda, Macumba)
- f. () Judeu (ia)
- g. () Testemunha de Jeová
- h. () Não possui (ateu/ia ou agnóstico/a)

10. Exerce alguma atividade remunerada?

- a. () Não
- b. () Sim, em tempo parcial
- c. () Sim, em tempo integral
- d. () Sim, mas se trata de trabalho eventual/ Freelancer

11. Qual é o número de membros da sua família?

- a. () De uma a três pessoas
- b. () De quatro a seis pessoas
- c. () Mais de seis pessoas
- d. () Não tenho família/ Não moro com a minha família

12. Qual sua renda familiar (soma de todos os integrantes da casa)?

- a. () Sem renda
- b. () Até 1 salário mínimo (até R\$ 1.100,00)
- c. () De 1 a 2 salários mínimos (de R\$ 1.100,00 a R\$ 2.200,00)
- d. () De 2 a 4 salários mínimos (de R\$ 2.200,00 a R\$ 4.400,00)
- e. () De 4 a 6 salários mínimos (de R\$ 4.400,00 a R\$ 6.600,00)
- f. () Acima de 6 salários mínimos (acima de R\$ 6.600,00)
- g. () Prefiro não responder

13. Qual sua escolaridade?

- a. () Ensino Médio Completo
- b. () Ensino Superior Incompleto
- c. () Ensino Superior Completo
- d. () Mestrando
- e. () Mestrado Completo

14. As escolas de ensino básico (fundamental e médio) que você estudou foram:

- a. () Públicas
- b. () Particulares
- c. () Ambas citadas acima

15. Suas formações no ensino superior foram em faculdades/universidades:

- a. () Públicas
- b. () Particulares
- c. () Ambas citadas acima
- d. () Não possuo formação

B - QUESTIONÁRIO ESPECÍFICO

1. Qual período que você está atualmente no curso de Psicologia?

2. Possui outra formação além da Psicologia? Se sim, qual? _____

3. Você é bolsista PROUNI?

- a. () sim
- b. () não

4. Qual disciplina você mais se identifica e/ou mais gostou até o período que você está?
5. Qual área de atuação da Psicologia você pensa em seguir?
6. Quais autores mais te chamaram atenção e quais você gosta ou mais se identifica?
7. No seu processo de formação do ensino básico (fundamental e médio) você se lembra de ter participado ou presenciado discussões/situações sobre relações raciais e racismo?
- a. Nunca
b. Raramente
c. Às vezes
d. Muitas vezes
e. Sempre
8. Durante as aulas no curso de psicologia, você já vivenciou discussões sobre relações raciais e racismo?
- a. Nunca
b. Raramente
c. Às vezes
d. Muitas vezes
e. Sempre
9. Caso tenha discutido/presenciado discussões sobre relações raciais, você acredita que foi discutida de forma satisfatória?
- a. Não tenho certeza
b. Não, de maneira nenhuma
c. Sim, foi muito satisfatório
d. Sim, mas poderia ter sido melhor
10. Você acha que a discussão sobre relações raciais é importante para a formação em psicologia?
- a. Não tenho certeza
b. Não, de maneira nenhuma
c. Sim, com certeza
d. Sim, mas não tanto
11. Você acredita que as cotas raciais podem ser uma forma de racismo que atrapalham ou diminuem as pessoas negras?
- a. Não tenho certeza
b. Não, de maneira nenhuma
c. Sim, com certeza
d. Sim, mas não tanto
12. Você acredita que há uma diferença na aprendizagem entre pessoas brancas e negras?
- a. Não tenho certeza
b. Não, de maneira nenhuma
c. Sim, com certeza
d. Sim, mas não tanto
13. Você acha que negros e brancos são tratados de formas diferentes na sociedade brasileira?
- a. Não tenho certeza

- b. () Não, de maneira nenhuma
- c. () Sim, com certeza
- d. () Sim, mas não tanto

14. Em relação a universidade mais especificamente, você percebe ou acha que negros e brancos são tratados de forma diferente?

- a. () Não tenho certeza
- b. () Não, de maneira nenhuma
- c. () Sim, com certeza
- d. () Sim, mas não tanto

15. 15. Você acredita que o corpo de docentes/alunos da faculdade é diverso no aspecto racial?

- a. () Não tenho certeza
- b. () Não é diverso
- c. () Sim, é bem diverso
- d. () Sim, mas não tanto

16. Você acredita que os espaços que o curso proporciona para agregar conhecimento, tem gerado transformações ou sido útil em relação à construção de debates raciais?

- a. () Extremamente útil
- b. () Muito útil
- c. () Mais ou menos útil
- d. () Um pouco útil
- e. () Nem um pouco útil